

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: O PAPEL DO ITAÚ SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO PACTO PELA EDUCAÇÃO NO PARÁ

Luiz Miguel Galvão **QUEIROZ**¹

Escola Superior Madre Celeste – ESMAC/PA
mscluiz59@hotmail.com

Resumo: O artigo discute as políticas de educação e terceiro setor delimitado na atuação do Instituto Itaú Social no Pacto Pela Educação do Pará. O estudo elegeu o seguinte problema de pesquisa: *Que nexos se estabelecem na ação do Estado com o Instituto Itaú Social no desdobramento das políticas para a Educação Básica na rede estadual de ensino do Pará? Trata-se de estudo bibliográfico por meio de revisão da literatura e pesquisa de campo, efetuada mediante levantamento documental e entrevista realizada com gestores, docentes, especialistas em educação, alunos e pais. A relação entre o Estado e o Terceiro Setor é definida mediante um aparato legal que assegura sua atuação no espaço público e a apropriação de recursos financeiros em suas ações.*

Palavras Chave: Políticas Educacionais. Terceiro Setor. Pacto pela Educação do Pará.

Abstract: *The article discusses the education and third sector policies delimited in the performance of the Instituto Itaú Social [Itaú Social Institute] in the Pacto pela Educação do Pará [Pact for the Education of Pará] The study elected the following research problem: Which nexos are established in the State's action with Instituto Itaú Social in the unfolding of Basic Education policies for the state of Pará schools network? This work consists in a bibliographic study and field research. The relationship between the state and the third sector is defined by a legal apparatus that ensures its activities in the public space and the appropriation of funds in their actions.*

Keywords: Education Policy. Third Sector. Pacto pela Educação do Pará.

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2004). Mestre em Educação - Instituto de Ciências da Educação - UFPA (2010). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Currículo - NEPEC e Grupo de estudos e pesquisas Observatório de Gestão escolar Democrática.

Introdução

O presente artigo descreve o percurso investigativo em curso no projeto de doutoramento realizado no Programa de Pós Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação – ICED/UFPA, cujo mote de discussão inclui a presença do Terceiro Setor na materialização da política educacional articulada ao Pacto Pela Educação do Pará, na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA).

A rede pública estadual do Pará no Ensino Fundamental, conforme os dados estatísticos oficiais, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, revela o desempenho de 4,0 para os anos iniciais e 3,7 para os anos finais, abaixo das metas estabelecidas pelo Governo Federal quanto ao desempenho a ser alcançado até 2021, de 6,0.

Com a finalidade de enfrentar a situação, o governo estadual implantou em 2013 o Pacto Pela Educação do Pará, por meio de decreto governamental nº 694, de 1º de abril de 2013, desdobrado a partir das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação, voltadas à melhoria da qualidade do ensino ofertado à sociedade paraense. Em sua definição, o Pacto Pela Educação do Pará integra um conjunto de ações na área de gestão, logística e ensino, por meio de parceria construída entre o governo do Estado, sociedade civil, empresariado, organismos internacionais, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino público, cuja meta é de elevar o desempenho do IDEB em 30% até o ano de 2017.

As ações estruturantes que compõem o Pacto Pela Educação do Pará, visando à melhoria do desempenho da rede pública estadual de ensino, incluem a parceria público-privado representada por projetos disponibilizados por instituições do chamado Terceiro Setor, dentre estes o Projeto Educação Integral; Coordenação de Pais, com apoio do Instituto Itaú Social.

O Instituto Itaú Social tem como objetivo central formular, implantar e disseminar metodologias voltadas para a melhoria de políticas públicas na área educacional e para a avaliação de projetos sociais, em parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Esse estabelecimento de alianças estratégicas agrega expectativas, competências e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para as demandas do país (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2012).

A presença do Instituto Itaú Social na rede pública estadual de ensino do Pará está representada por ações com foco na gestão educacional, avaliação pedagógica, currículo, todas vinculadas ao Pacto Pela Educação do Pará, como estratégia de ação destinada à melhoria do desempenho escolar dos níveis de ensino fundamental e ensino médio.

A participação do Terceiro Setor na estrutura operacional é estrategicamente assegurada pelo Estado, inclusive com a contratação de pessoal para compor o quadro pedagógico e operacional das unidades de ensino. No caso do projeto Coordenação de Pais, o Instituto Itaú Social custeia o pagamento dos salários dos pais envolvidos na articulação da escola com a família, tornando-se mais um elemento componente da equipe pedagógica escolar.

A presença do Terceiro Setor no Pacto Pela Educação do Pará, materializado nos programas e projetos operacionalizados na rede pública estadual de ensino do Pará, delimitado na atuação do Instituto Itaú Social, é pertinente ser investigado com a finalidade de compreender os nexos abrangidos na relação público-privado, materializado pelo discurso do compromisso do empresariado em parceria com o Estado, para assegurar o atendimento das demandas educacionais da sociedade.

A implementação das políticas educacionais na rede pública estadual de ensino do Pará, a partir do ano de 2011, intensificou-se com a participação de projetos e programas ligados à iniciativa privada, o que permite refletir sobre a participação mínima e efetiva do Estado no cumprimento do dever e da responsabilidade direta no atendimento das demandas essenciais à melhoria da qualidade do ensino.

O Estado, ao aderir às parcerias com o terceiro setor, cumpre os dispositivos legais por meio da Responsabilidade Social, além de reduzir os investimentos provenientes do tesouro do Estado visando a operacionalizar as políticas educacionais por meio de programas e projetos próprios, além de fragilizar a prática democrática na escola pública por meio da desarticulação da autonomia das unidades de ensino na construção de propostas educacionais capazes de responder às singularidades.

A diminuição da autonomia da escola e do professor é uma crítica recorrente quando se avaliam as relações público-privadas na educação e as políticas que dela derivam. O projeto político pedagógico (PPP), conquista dos movimentos sociais, está sendo substituído pelo Plano de Desenvolvimento da Escola, tido como ferramenta de planejamento estratégico (SILVA, 2013, p. 04).

A presença da Fundação Itaú Social, tida como fundação filantrópica com finalidade social no contexto educacional, é justificada a partir do papel estratégico que a educação exerce na perspectiva do desenvolvimento social e econômico, pois a empresa em si tem também uma missão de desenvolvimento social e econômico (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2012).

A presença do terceiro setor na operacionalização das políticas educacionais na rede pública estadual de ensino do Pará reflete no cotidiano escolar, em especial na fragilização do processo da autonomia pedagógica, da capacidade de construir alternativas para a melhoria da qualidade do ensino, além de desvalorizar os profissionais da educação, tornando-os meros cumpridores de tarefas na escola.

A inserção de programas e projetos disponibilizados pelo Instituto Itaú Social visando à execução da política educacional torna-se objeto de questionamento científico, na medida em que possibilita vislumbrar a fragilidade estatal no desenvolvimento de ações autônomas e adequadas à realidade sociocultural da rede pública estadual de ensino.

Considerando que a Fundação Itaú Social vincula-se ao capital financeiro, e mediante ações estratégicas em parceria com o Estado, visa promover a melhoria do desempenho das redes públicas, fundamentalmente com foco quantitativo, elabora-se o seguinte problema de pesquisa: Que nexos se estabelecem na ação do Estado com o Instituto Itaú Social no desdobramento das políticas para a Educação Básica na rede estadual de ensino do Pará?

Objetiva-se, com o estudo, analisar os nexos estabelecidos na ação do Estado com o Instituto Itaú Social no desdobramento das políticas para a educação básica na rede estadual de ensino do Pará; descrever a relação público-privado na rede estadual de ensino do Pará vinculada ao projeto de poder instituído no Estado do Pará a partir de 2011; avaliar a contribuição da Fundação Itaú Social para a melhoria da qualidade da educação básica pública paraense; e analisar os reflexos no âmbito político-pedagógico da relação público-privado por meio da atuação da Fundação Itaú Social na rede pública estadual do Pará.

O percurso metodológico da pesquisa consiste no uso da abordagem qualitativa, a qual abrange um estudo de cunho documental e de campo, concentrado nos documentos institucionais (termos de cooperação técnica; termos de adesão; portarias; resoluções; decretos) da Secretaria de Estado de Educação do Pará relativos ao Pacto Pela Educação do Pará, delimitado na relação de

parceria efetivada com a Fundação Itaú Social. Nesse recorte, só apresentamos resultados parciais da pesquisa.

Também serão analisados documentos disponibilizados pela Fundação Itaú Social (relatórios de atividades; planos) que subsidiam as ações educativas na Secretaria de Estado de Educação, destinados à operacionalização dos projetos e programas no âmbito da rede pública estadual de ensino.

Adota-se a técnica da análise do conteúdo dos documentos, descrita por Bardin (2011), como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

A delimitação temporal do estudo inicia-se no ano de 2013, justificado pela implantação do Pacto pela Educação do Pará na rede pública estadual de ensino, ocasião esta em que o terceiro setor, representado pela Fundação Itaú Social, iniciou suas atividades de apoio e assessoramento à SEDUC, por meio de projetos e programas, e termina no ano de 2017, ocasião de término do planejamento estratégico do Pacto Pela Educação do Pará.

O percurso investigativo preliminar concentra-se na revisão da literatura, realizada no banco de dados da Capes, elegendo-se teses e dissertações cujo objeto de estudo é a relação público-privada na educação, delimitada no período de 2010 a 2015. Também foi realizado levantamento documental relativo ao Pacto Pela Educação do Pará, constante de decretos governamentais, portarias, resoluções, termos de cooperação técnica e financeira.

A análise documental foi realizada por meio da técnica da análise do conteúdo, por meio do cotejamento das informações relevantes que traduzem as vozes dos sujeitos que protagonizam as relações de poder no Estado, descrito a partir dos documentos por eles produzidos.

A relação do Estado com o terceiro setor no atendimento das políticas educacionais no Pará

As mudanças no campo econômico, político e social no Brasil, a partir da década de 1990, ampliaram a efetivação de parceiras público-privadas, justificadas pela redução das funções do Estado, com a finalidade de alcançar maior eficiência no atendimento das demandas sociais,

caricaturando os bens sociais, dentre estes a educação, como serviços não-exclusivos do Estado, os quais podem ser executados pelo setor privado e pelo público não-estatal.

[...] o que se vê é o crescimento cada vez maior dos empreendimentos educacionais privados e o governo incentivando-os por meio de subsídios e outras ajudas, especialmente a partir de 1995, com a reforma do Estado, incentivada pelos organismos internacionais (SANTOS, 2014, p. 227).

O ajuste do Estado à ordem neoliberal avançou no campo educacional por meio de ações de Institutos, Organizações Não Governamentais – ONGs, Organizações Sociais – OS, subsidiadas com recursos públicos, capturados junto aos organismos estatais mediante participação em editais. A presença do Terceiro Setor como parceiro do Estado na execução das políticas educacionais deslocou em maiores dimensões a função social da escola, em especial na formação cidadã dos sujeitos.

O cenário político no Estado do Pará, na última década do século XX e início do século XXI, vem experimentando um projeto de poder concentrado nas elites conservadoras, que se alternam no controle do aparato administrativo estatal, com reflexos acentuados na definição das políticas sociais, orientadas segundo a lógica ditada pelos organismos internacionais visando expandir a fronteira do capital na região amazônica.

A presença do capital na região amazônica, em especial no Estado do Pará, assumiu proporção significativa nas atividades econômicas a partir das décadas de 1980 e 1990, com a implantação dos grandes projetos econômicos, mediante a exploração de recursos naturais, o que possibilitou a formação de novos espaços territoriais, e conseqüentemente o surgimento de novas perspectivas de embates no campo político, representado por grupos conservadores e progressistas.

Os grupos econômicos instalados no território paraense, não fogem à regra do *modus operandi* na construção da relação com o Estado, pois necessitam estar representados na estrutura político-administrativa visando à defesa de seus interesses. De acordo com Marx (1978), o Estado é a síntese do estágio de desenvolvimento econômico que ocasionou a divisão da sociedade em classes, portanto ele se insere no contexto da luta de classes.

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que

todas as instituições comuns que adquirem uma forma política são mediadas pelo Estado (MARX & ENGELS, 2009, p. 112).

A articulação dos grupos econômicos com o Estado desdobra-se no âmbito da sociedade civil por meio de entidades representativas com participação efetiva no processo produtivo, as quais desempenham um papel relevante no controle político e ideológico. A configuração do Estado na unidade federativa paraense não foge a essa regra, descrita por contrastes elevados quanto ao controle dos meios de produção, restrito a um grupo limitado de sujeitos, com reflexos significativos na produção existencial do povo.

Com a expansão das atividades produtivas no espaço geográfico paraense, definiram-se novas estratégias de alianças entre os grupos políticos, com a finalidade de assegurar o controle administrativo do Estado e também de ampliar o desenvolvimento econômico por meio de dispositivos legais, visando promover a sustentabilidade dos grupos empresariais. A relação do Capital com o Estado desenhou-se, no contexto geográfico paraense, por meio da manutenção do modelo reprodutor de desigualdade social.

Se em todas as épocas a estabilidade do poder público significava tudo para todo o mercado financeiro e para os oficiais desse mercado financeiro, por que não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos Estados e, com eles, as velhas dívidas do Estado? (MARX, 1981, p. 73).

As bases produtivas existentes no Estado do Pará estão alicerçadas fundamentalmente na atividade de comércio e serviços, agronegócio, indústria, e politicamente, esses segmentos se fazem representar por entidades de classe com articulação dentro da estrutura administrativa e política do Estado, por meio da Federação do Comércio – FECOMÉRCIO; Federação da Agricultura do Pará – FEAPA; Federação das Indústrias do Pará – FIEPA.

A presença da elite burguesa no controle dos meios de produção e da administração do Estado limita a ação dos movimentos sociais na transformação das condições materiais de desigualdade construídas historicamente no Estado do Pará, os quais contribuem para a manutenção da elevada concentração de renda, restrito a pequenos grupos sociais.

Os grupos econômicos se instalam em territórios dotados de potenciais naturais a serem explorados economicamente, e, em paralelo, assumem o controle político, visando resguardar seus

interesses. Dessa forma, reproduz-se a lógica da hegemonia do poder econômico e poder político no âmbito do Estado.

A presença dos grupos econômicos no controle do Estado reflete de forma considerável na definição e operacionalização das políticas sociais, por meio da substituição do papel do Estado como protagonista das ações, ocupando tal espaço a iniciativa privada, por meio de institutos, fundações e demais organizações vinculadas ao terceiro setor. Essa mudança de atuação do Estado junto à sociedade possibilita construir uma estratégia de visibilidade ao empresariado junto à população, como protagonista eficaz no atendimento das demandas sociais.

Essa nova lógica de funcionamento estatal fortalece, no imaginário social, o discurso da fragilidade estatal no atendimento das demandas sociais, as quais podem atingir níveis de qualidade satisfatória, desde que operacionalizados por instâncias não-estatais, as quais são mais eficientes e eficazes no cumprimento do papel a que se destinam.

O capital, ao assumir o controle político do Estado, concentra as atividades produtivas e de renda em torno de uma minoria, com reflexos significativos na estrutura social, devido à elevação da desigualdade quanto ao acesso aos meios de produção da existência humana.

De acordo com Frigotto (1995), as teorias econômicas liberais apresentam, em suas bases de sustentação para o desenvolvimento de relações produtivas, a influência do mercado como referencial para garantia do atendimento das necessidades sociais. Sendo a economia regulada pelas relações mercantis, o Estado passa a se colocar em segundo plano no atendimento das demandas sociais.

As novas configurações descritas nas ações do Estado com o Empresariado interferem de forma direta na definição das políticas sociais, por intermédio de parcerias legalmente constituídas nos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados com instituições vinculadas ao Terceiro Setor, visando ao atendimento das demandas da população.

Assessorar a SEDUC na elaboração do Plano de Prioridade Anual, com base no Plano Estratégico [...]; assessorar a SEDUC no desenho de estratégias para acompanhamento e apoio aos processos de planejamento e implantação do Pacto em todas as instâncias: estadual, regional e municipal; articular e monitorar as ações de investimento social dos parceiros do Pacto junto aos membros da SEDUC para definição de ajustes e subsidiar a elaboração do Plano Executivo do ano subsequente (PARÁ, 2015).

A implementação das políticas educacionais no âmbito do Estado voltadas ao atendimento da educação básica tem sido marcada pela presença de instituições representativas do Terceiro Setor, subsidiadas por financiamento da União, dos Estados e Municípios, mediante parceria estabelecida com organismos da administração direta e indireta.

Segundo Montano (2002), o termo “Terceiro Setor” foi idealizado por John D. Rockefeller III, nos Estados Unidos em 1978. No contexto da reestruturação produtiva, o primeiro setor representa o Estado, o segundo setor, o empresariado, e o terceiro setor, é tido como representante da sociedade civil organizada, cuja finalidade é substituir o Estado no atendimento de demandas sociais.

No âmbito administrativo e jurídico, a Lei 9.790/1999 definiu novos referenciais de classificação às entidades vinculadas ao Terceiro Setor, visando fortalecer a relação público-privado, além de estabelecer um aporte jurídico voltado à qualificação de utilidade pública. Assim, a chamada Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – ganhou relevo social, jurídico e político em substituir o Estado.

O Terceiro Setor ganhou mais espaço no contexto educacional público, amparado pelo artigo 206 do texto constitucional de 1988, quanto à liberdade de ação e a utilização de recursos públicos para financiar projetos e programas educacionais com a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino, além da flexibilidade legal prevista na Lei Federal 11.079/2004, que regulariza o processo de licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

A reflexão sobre a parceria público-privado, de acordo com Di Prieto (2009), contempla, em primeiro plano, o ajuste no Estado a partir da inserção da ordem neoliberal no contexto internacional, cujo reflexo na gestão estatal é descrito por meio de mudanças na administração pública a fim de adotar uma nova abordagem de atuação, especialmente no sentido de proporcionar maiores níveis de controle no uso dos recursos públicos, e, nesse sentido, é possível compreender que ela está sujeita ao cumprimento do ordenamento jurídico.

No Estado do Pará, a parceria público-privado está representada pelo Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará – GPEP, composto pela Fundação Vale, Instituto Natura, Instituto *Synergos*, Tora Brasil, cujo objetivo é promover o ensino de qualidade. Para tanto, o Estado compromete-se em:

Possibilitar a realização de atividades diversas pelo Instituto, por si ou por terceiros, relacionadas ao Pacto; financiar para os membros da equipe do Instituto os custos de transportes (aéreo, terrestre e fluvial), hospedagem e traslados para atividades relacionadas à execução do Plano Executivo Anual regido por este Termo de Cooperação Técnica e Financeira (PARÁ, 2015).

Em nível nacional, de acordo com os dados do Ministério da Educação, os programas indutores para a melhoria da Educação Básica, nos níveis de Ensino Fundamental e Médio, estão representados por: Trilhas, Educação Integral, Ensino Médio Inovador, Programa Jovem do Futuro, Comunidade de Aprendizagem e outros, cujo objetivo é melhorar o desempenho escolar das redes públicas de ensino. Tais programas são vinculados a instituições representativas do Terceiro Setor, dentre estas o Instituto Unibanco, Instituto Itaú Social, Instituto Natura.

Visto que parte do financiamento para custeio da educação pública é oriundo dos tributos recolhidos pelo Estado junto à sociedade, os recursos públicos aplicados na educação, conforme previsto na flexibilidade da norma constitucional, também são apropriados pelo chamado Terceiro Setor, por meio de instituições privadas representantes do capital financeiro para promover ações vinculadas ao ensino.

O Pacto Pela Educação do Pará, ao assegurar a participação da sociedade civil nas ações destinadas à melhoria da qualidade da educação, legaliza a participação do Instituto *Synergos*, associação sem fins lucrativos, por meio de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, com amparo técnico e jurídico, o qual disponibiliza, ao chamado Terceiro Setor, a apropriação de aporte financeiro oriundo do erário público, além da ampliação das relações de poder no campo institucional.

Compete ao GPEP: assessorar técnica e estrategicamente a implantação e avaliação do Plano Estratégico do Pacto [...] mobilizar parceiros dos diferentes setores públicos e privados para apoiar técnica e financeiramente o planejamento, implantação e divulgação do Pacto, em articulação com a SEDUC (PARÁ, 2015).

A apropriação dos recursos públicos pelo setor privado para custeio de programas e projetos na área educacional é questionado a partir da dimensão conceitual do que vem a ser o privado. Para Bobbio (2007), o privado pode ser definido como “não público”, ou seja, refere-se a uma condição para além dos interesses coletivos.

A relação público-privado na rede estadual do Pará alcançou relevo na operacionalização da política educacional por meio da ação estratégica definida no Pacto Pela Educação do Pará, que abriga programas e projetos vinculados à esfera pública e privada, desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

As ações educativas disponibilizadas pelos chamados parceiros estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará incluem desde o planejamento do ensino e de ações a serem realizadas na Secretaria de Estado de Educação, com a presença de especialistas em educação, com experiência em planejamento educacional obtida por meio de assessoramento a outras redes estaduais ou em redes municipais da federação.

Quadro evolutivo da participação do terceiro setor na rede pública estadual do Pará

ANO	ENTIDADE	PROGRAMA/PROJETO	Nível de Ensino
2013	Instituto Natura	Projeto Trilhas	Fundamental
2013	Instituto ABCD	Dificuldades de Aprendizagem	Fundamental
2013	Instituto Itaú Social	Coordenação de Pais	Fundamental
2013	Instituto Itaú Social	Educação Integral	Fundamental/Médio
2013	Instituto Mafre	Educação Viária	Fundamental
2012	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Ensino Médio
2014	Fundação Roberto Marinho	Projeto Mundiar	Fundamental/Médio
2015	Fundação Telefônica	Voluntariado	Fundamental

Fonte: SEDUC-PA

No contexto educacional, o aumento do espaço do terceiro setor foi ocasionado também pela nova configuração do papel do Estado na elaboração de metas constantes na política regulatória e fiscalizatória dos diversos setores da economia, descentralização no processo de execução dos serviços públicos por meio de permissões e concessões ao setor privado.

A presença do Terceiro Setor na implementação de programas destinados à melhoria da qualidade da Educação Básica é algo que merece ser investigado no âmbito do desdobramento das políticas educacionais do Estado brasileiro, visando compreender a dinâmica estabelecida na relação público-privado.

A reforma do Estado protagonizada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, cujo mentor Luiz Carlos Bresser Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuado por Lula e Dilma Rousseff, materializa-se no contexto atual por meio de

instituições vinculadas ao Terceiro Setor, que colocam em operação programas educacionais financiados pelo Estado, em nome da elevação dos padrões de eficiência e qualidade nos resultados do desempenho escolar na Educação Básica.

Segundo Frigotto (2010), a educação submetida à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista é planejada sob os ditames dos organismos internacionais, em particular, para atender aos níveis desejados pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Com a finalidade de colocar o Estado do Pará nos níveis de desempenho considerado satisfatório, conforme as projeções do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, o poder local (Estado-Município) é mobilizado por meio do Pacto Pela Educação do Pará para alcançar os resultados previstos no Programa Todos Pela Educação, do governo federal.

Considerando o desempenho escolar da rede pública estadual de ensino do Pará, percebe-se um quadro aquém das metas estabelecidas no Programa Todos Pela Educação, descrito no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – abaixo da média nacional em todos os níveis, descrito por um baixo percentual de alunos com aprendizagem considerada adequada, alcançado por apenas 13,3% em língua portuguesa e 3,1% alunos em matemática. Esse quadro é complementado pelos baixos percentuais de alunos concluintes na educação básica, em que apenas 31,7 % dos jovens até os 19 anos concluem ensino médio, conjugado a uma taxa 20,6 % de abandono escolar neste nível de ensino.

Por intermédio da articulação do Pacto Pela Educação do Pará, o chamado Terceiro Setor se faz representar por um conjunto de ações estratégicas, dentre estas o aprimoramento do planejamento educacional, com foco na melhoria dos resultados parametrizados pelo IDEB, estratégias destinadas à melhoria da qualidade do ensino, materializado por meio de projetos e programas, tais como: o Projeto PNAIC/Trilhas, Jovem de Futuro, Educação Integral, com foco na gestão educacional, formação de professores, metodologias e estratégias de aprendizagem, dentre outros.

A participação do terceiro setor na operacionalização das políticas educacionais vinculadas à Educação Básica é apoiada também pelas instâncias representativas das redes estaduais e municipais, por meio de parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação

– CONSED, de modo que a relação público-privada torna-se o referencial de ação da política educacional.

Na rede estadual de ensino do Pará, o Terceiro Setor integra-se no Pacto Pela Educação do Pará por meio da parceira realizada com instituições não governamentais, dentre estas o Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Telefônica, Fundação Vale, visando articular com a Secretaria Adjunta de Ensino – SAEN, a operacionalização dos projetos e programas educacionais destinados à promoção da melhoria do desempenho escolar, abrangendo desde os anos iniciais do ensino fundamental até o nível médio.

A presença do Terceiro Setor no contexto operacional da política educacional na rede pública estadual de ensino articula-se, em micro e macro poder, inclusive compondo uma rede de relações institucionais (Federação das Indústrias do Pará – FIEPA; Federação do Comércio – Fecomercio; Federação da Agricultura do Estado do Pará – FAEPA; Instituições de Ensino Superior – IES; Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP) que, articulada à ação estatal, viabiliza o encaminhamento de demandas junto aos organismos de fomento à Educação Básica.

A presença do Terceiro Setor no atendimento educacional, por meio de projetos e programas voltados à melhoria do desempenho dos alunos na educação básica, abrangendo desde o Ensino Fundamental (nos anos iniciais e anos finais) até o Ensino Médio, articulados às ações do Estado, merece ser analisada com o intuito de compreender a dinâmica construída nas relações de parceria entre o público e o privado.

Considerações Finais

A presença do Terceiro Setor, representado pelo Instituto Itaú Social, na rede estadual de ensino do Pará, por meio de programas e projetos vinculados ao Pacto Pela Educação do Pará, manifesta, em primeiro plano, a intervenção da lógica de gestão empresarial no contexto institucional, por meio de ações de controle visando alcançar resultados quantitativos nos indicadores nacionais.

As ações educacionais financiadas pelo Terceiro Setor na rede pública estadual do Pará fortalece o processo de terceirização das atividades no espaço público, com reflexos significativos na construção da identidade institucional e das relações de trabalho.

Secundariamente é possível perceber a expansão da ocupação dos espaços de poder concedidos pelo Estado ao denominado Terceiro Setor, por meio da participação na elaboração e monitoramento do planejamento estratégico institucional e da utilização do aporte financeiro público destinado ao custeio das atividades educacionais.

A presença do Terceiro Setor na Secretaria de Estado de Educação do Pará materializa-se mediante Termo de Cooperação Técnica e Financeira, o que incide na transferência de tecnologia gerencial aos moldes empresariais, visando alcançar melhores desempenhos quantitativos dos alunos, levando-se em consideração os indicadores nacionais, e a utilização do recurso financeiro público, capturado tanto nos editais das agências de fomento, como também do tesouro do Estado.

Referências

ADRIÃO, T. (Coord.). Análise das consequências de parcerias firmadas entre os municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna. Rio Claro: Instituto de Biociências - UNESP, 2008. Projeto financiado pelo CNPq.

_____. Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. In Anais do V Simpósio internacional: o estado e as políticas educacionais no tempo presente. UFU/Uberlândia, 2008.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. São Paulo: Revista Brasileira de História da Educação n° 5 jan./jun. 2003.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. Revista Brasileira Ciências e sociedade. v.18, n.52, São Paulo, 2003.

BRASIL. Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União. Brasília, 30 de dezembro de 2004.

DI PIETRO, M. S. Z. Reflexões sobre as parcerias público-privadas. Carta Forense, 2009. Disponível em: <http://.azevedosette.com.br/ppp/artigos/reflexoes_sobre_as_parcerias_publico-privadas/6>. Acesso em 06/10/2014.

_____. Parcerias na administração pública. Concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 5. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2005. 449 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. Educação Teoria e Prática (Rio Claro), v. 19, p. 57-72, 2010.

FAZENDA, Ivani. Pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Autores Associados, 2012.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Percursos da Educação Integral. São Paulo: Editora Campus, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. A improdutividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Atlas, 2010.

MARK, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARK, Karl. O 18 do Brumário de Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 1981.

MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Pacto Pela Educação do Pará; Belém, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Termo de Cooperação Técnica e Financeira. SEDUC, 2015.

PERONI, Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO e PERONI (org.). Público e Privado na educação novos elementos para o debate – São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Educação e desenvolvimento: que relação é essa? Belo Horizonte: Revista Trabalho & Educação. v.23 | n.1 | p. 219-238 | jan-abr | 2014

SILVA, Leticia Moreira da. Educação Integral. São Paulo: CENPEC, 2013.